

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Ensino indígena

• Falar a mesma língua do Oiapoque ao Chuí é o mais precioso legado que nos deixou o Império Português. “A minha pátria é a língua portuguesa”, escreveu Fernando Pessoa. Ao acordar na primeira manhã em Lisboa, no meu apartamento da Madragoa, pensei que continuava sonhando ao ouvir um coro de crianças na escola vizinha: “atirei o pau no gato,tô,tô ...”. Foi quando o exílio acabou.

Acredito que a maior parte dos brasileiros seja como eu: não tem a menor idéia da diversidade lingüística e cultural existente neste vasto país. Só tomei conhecimento da extensão da sua pluralidade na semana passada, quando fui conversar, no quinto andar do Ministério da Educação, com a professora Ieda Prado, secretária de Educação Fundamental, e os membros da sua equipe. São eles que tocam o programa de ensino nas escolas da floresta, que atende a 1.591 escolas indígenas (com 76 mil alunos de 240 nações) espalhadas por todos os estados, exceto o Piauí e Sergipe. São cerca de 180 línguas, algumas tão diferentes entre si como o português e o chinês.

A equipe da professora Ieda é também responsável pela implantação dos parâmetros curriculares, sugeridos a todas as escolas do país — parâmetros que incentivam a inventividade dos professores e valorizam a cultura local. Em Salvador, cuja Secretaria de Educação adota os parâmetros na cidade inteira, as escolas trabalham a herança africana e combatem o preconceito racial. Há uma, a escola Eugênia Ana dos Santos, com 350 alunos, que funciona num dos maiores terreiros de candomblé da Bahia, o de Mãe Aninha. Um dia ainda vou lá.

O censo escolar indígena está em curso desde o ano passado e a consolidação de seus resultados deve estar concluída em outubro. O questionário que foi distribuído recomenda que o responsável faça um traço no lugar do número, caso não tenha carteira de identidade e CPF e dê o telefone da secretaria da educação de seu município, caso não disponha de um na aldeia.

Anexo a esse questionário há a lista das terras indígenas, as etnias a que pertencem e em que municípios e estados ficam. É por essa lista que se percebe que só sobram três aldeias dos índios cujo nome todo locutor de futebol sabe: os potiguaras da Paraíba. A outra nação conhecida — por ser a do Paraguaí, nos últimos anos — é a guarani que existe em vários estados do Sul e do Sudeste do Brasil. No Rio de Janeiro, há três aldeias guaranis, em Parati e Angra dos Reis. No estado de São Paulo, há 16 aldeias indígenas, sendo que duas no próprio município da capital, ambas guaranis. Os célebres caetés, que comeram o bispo Pero Fernandes Sardinha,

desapareceram de todo do estado de Alagoas. Hoje, os antropófagos de lá têm conta em banco e se elegem para o Congresso Nacional.

O ministério da Educação elaborou, a partir das indicações de muitos seminários e consultas feitas a professores índios e não índios, sob a coordenação geral da professora Nieta Lindemberg Monte, que trocou São Paulo pelo Acre, um abrangente “Referencial curricular para as escolas indígenas”. É um livro de 339 páginas, ilustrado por indígenas de variadas etnias, que trata de temas transversais e específicos, como línguas, matemática, história, geografia, ciências, arte e educação física. Escrevem as coordenadoras:

— Sinteticamente, é objetivo deste documento fornecer subsídios para: a) a elaboração e implementação de programas de educação escolar que melhor atendam os anseios e interesses das comunidades indígenas; b) a formação de professores capazes de assumir essas tarefas e de técnicos aptos a apoiá-las e viabilizá-las.

O livro é lindíssimo, como lindos são os muitos textos didáticos preparados e ilustrados pelos índios que o Ministério da Educação tem editado ao longo dos cinco últimos anos. Além dos livros, há uma série de dez vídeos, “O índio por ele mesmo”, extremamente didáticos, dirigidos por Vicent Carrelli, da ONG paulista Vídeo nas Aldeias. “Uma outra história” mostra como os indígenas do Acre dividem o Brasil em quatro períodos: o tempo das malocas, antes da chegada de Cabral; o tempo das correrias, quando os índios foram caçados a bala; o tempo do cativo, quando foram escravizados e o tempo dos direitos, quando, finalmente, conquistaram o direito à terra e à sua cultura.

O livro do artesanato dos waiápi — um povo que vive no Amapá e teve seus 604 mil hectares de terra demarcados em 1996 — publicado com financiamento da organização alemã GPZ, fala de muitas coisas da floresta, explica o seu calendário (lunar e circular) e passa uma informação que seria útil ao PSDB:

— No verão é muito difícil matar tucano, porque no verão não tem muita fruta. No inverno é mais fácil, porque o inverno é o tempo do açaí, da bacaba e de outras frutas.

Os tucanos de Brasília não esperaram o verão. Marcaram as eleições para a primavera. Temeridade.

